



DOSSIÊ: “EDUCAÇÃO, CULTURA E RELIGIÃO”

APRESENTAÇÃO

Fernanda Marina Feitosa Coelho*
Naira Pinheiro dos Santos**

O dossiê “Educação, cultura e religião” contempla artigos que analisam, em perspectiva de gênero, imbricamentos entre educação, cultura e religião, seus desdobramentos, consequências e resistências no ambiente educacional, quer no Brasil como em outros países. Não obstante as especificidades de cada país ou região, o ataque maciço de forças religiosas e moralmente conservadoras contra abordagens igualitárias nos espaços educacionais tem constituído um desafio aos movimentos e políticas por igualdade de gênero, ao reconhecimento de direitos sexuais e de direitos humanos de forma geral. Tanto no Brasil como em países culturalmente tão diversos quanto Peru, México e Hungria, por exemplo, o ambiente educacional tem sido alvo de disputas político-religiosas por conta de seu lugar privilegiado, tanto como instrumento de manutenção das desigualdades sociais, quanto como espaço de possibilidade de enfrentamento destas desigualdades, através da construção de princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e à democracia. Princípios estes que têm sido colocados em questão pelos grupos conservadores detratores daquela que denominam “ideologia de gênero”. É desta problemática que tratam os artigos do presente dossiê.

A ascensão de segmentos políticos conservadores, tanto no plano moral e social, quanto econômico, foi amplamente favorecida pela as-

* Doutoranda em Ciências da Religião no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo. Mestra em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (2017). Bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2014). Possui, como área de pesquisa, as relações entre religiões e sexualidades no Brasil no campo político e nas igrejas inclusivas. Membro do Grupo de Estudos de Gênero e Religião Mandrágora/NETMAL. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

** Doutora em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Membro do Grupo de Estudos em Gênero e Religião Mandrágora/NETMAL.

sociação que grupos religiosos conservadores trataram de estabelecer entre as pautas de igualdade de gênero, de direitos sexuais e o próprio feminismo com uma perspectiva política marxista. Além disso, como apontam Júlia Garraio e Teresa Toldy no artigo intitulado **“Ideologia de gênero”: origem e disseminação de um discurso antifeminista**, “os movimentos que alegam combater a ‘ideologia de gênero’ na Europa e na América Latina fazem parte de uma viragem nacionalista conservadora muito mais ampla na política internacional”, envolvendo eventualmente projetos anti-imigração, antissemitismo e/ou islamofobia e a defesa da matriz cristã do Ocidente.

Júlia Garraio e Teresa Toldy partem do papel decisivo que o Vaticano desempenhou e continua a desempenhar na invenção da conotação negativa da “ideologia de gênero” para, em seguida, mapear o seu processo de disseminação global, focando em sua análise o contexto europeu e latinoamericano. Analisando, em perspectiva transnacional, as convergências e alianças estratégicas entre atores religiosos e partidos políticos, principalmente de extrema-direita populista, as autoras observam que, se por um lado estes desempenham um papel na disseminação dos discursos contra a “ideologia de gênero”, a religião cumpre, por outro lado, um papel na ascensão do populismo, até porque a agenda antifeminista torna-se uma das principais forças mobilizadoras do eleitorado. Verificam-se também aparentes contradições. As autoras identificam, dentre as particularidades do cruzamento de discursos anti-“ideologia de gênero” com a islamofobia na Europa Ocidental, a forte presença do femonacionalismo, ou seja, “uma apropriação do discurso da igualdade de gênero com vista à promoção de políticas racistas, à discriminação econômica e à segregação das minorias”, e do homonacionalismo, entendido como “apropriação do discurso dos direitos gays e da sua integração num espaço de consumismo”. Já no caso da América Latina apontam como uma das particularidades o fato de que, em alguns países dessa região, o discurso antigênero se faz presente também entre “algumas forças de esquerda”. As autoras finalizam insistindo na necessidade de resistir aos ataques às políticas de gênero, e afirmam que, para isso, é imprescindível “que controlemos a narrativa, contando-a de maneira diferente por meio de novos media e numa comunicação acessível, para além das produções acadêmicas”.



No que concerne ao contexto brasileiro especificamente, o que se viu durante o processo de votação do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PL nº 13005/2014) foi a proliferação de investidas de lideranças político-religiosas contra a inserção da diretriz que propunha a superação das desigualdades educacionais, “com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Opondo-se à abordagem do gênero como construção cultural, grupos religiosos conservadores deflagraram uma cruzada contra a que denominam de “ideologia de gênero” e em “defesa da família”, entendida em sua configuração cisheterossexual, monogâmica e nuclear. Esse constitui o objeto de análise de Fernanda Marina Feitosa Coelho e Tainah Biela Dias, no artigo de sua autoria intitulado **A defesa da família no debate do Plano Nacional de Educação (PNE): os evangélicos e a demonização do gênero**.

As autoras analisam inicialmente as controvérsias criadas em torno dos termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” no documento do PNE que, vistos como ameaça à “família tradicional”, foram suprimidos do texto final em face da pressão política de grupos evangélicos e católicos. Elas passam a analisar, a seguir, o processo de demonização do gênero nos discursos de duas lideranças evangélicas, discursos esses compartilhados nas redes sociais no ano de 2015, por ocasião dos debates acerca da aprovação dos Planos Municipais de Educação: “o pastor e deputado evangélico Marco Feliciano (PSC-SP), protagonista da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no combate à ideologia de gênero, e o pastor Silas Malafaia, importante liderança evangélica no cenário midiático”. Fernanda Marina Feitosa Coelho e Tainah Biela Dias apontam que a defesa dos sexos e “da família” como dados naturais, embora tenha por base concepções religiosas da sexualidade, recorre também a argumentos científicos “com o intuito de caracterizar a homossexualidade e a transexualidade como comportamentos *desviantes* em relação aos *propósitos naturais*”. Apontando a diversidade de arranjos familiares existentes, seja em perspectiva histórica ou contemporânea, as autoras concluem que o que subjaz a tal campanha de demonização é o temor de que, colocadas em evidência, a existência de configurações familiares fora do padrão nuclear, cisheterossexual e monogâmico exponham, “como os estudos de gênero o fazem, a farsa da ideia de *família natural*”. Trata-se, no dizer de Fernanda Marina Feitosa Coelho e Tainah Biela Dias, de uma espécie de “ideologia da família” que procura

fazer face à visibilidade da população LGBTIQ e instaura, assim, “uma disputa pelo controle da moralidade pública”.

No artigo **Os discursos dos deputados brasileiros em plenário sobre a Ideologia de Gênero (2014 a 2019)**, Claudete Beise Ulrich e Taiane Martins Oliveira analisam as marcas comuns entre dezesseis discursos sobre “ideologia de gênero” proferidos na Câmara dos deputados no Brasil e enunciados no período de 2014 a 2019, procurando averiguar a ingerência e influência da religião na construção, difusão e sustentação desses discursos. Elas observam que o único discurso que refuta o uso do termo “ideologia de gênero” foi proferido por Alice Portugal, no ano de 2016, em pronunciamento sobre um estupro coletivo praticado no Rio de Janeiro, em que a deputada clama por uma política educacional de respeito à diferença e às mulheres, visando o estabelecimento de uma cultura de paz.

As autoras analisam o papel da visão dualista-neoplatônica e da teologia de Santo Agostinho, na construção de uma visão negativa do corpo e das mulheres que, juntamente com a construção de Maria como o oposto de Eva, “marcas das violências simbólicas da cultura judaico-cristã”, constituem narrativas sedimentadas na cultura e que alimentam assim os discursos dos parlamentares em questão sobre a “ideologia de gênero”. Elas constatam que foi um católico, o deputado Eros Biondini, que inaugurou no púlpito do parlamento brasileiro o discurso de formulação do gênero como inimigo, sendo seguido posteriormente por representantes da bancada evangélica. Destruição da família, erotização precoce das crianças e incentivo à homossexualidade são alguns dos amalgamentos que estes tratam de estabelecer com a “ideologia de gênero”. As autoras apontam que, ao instrumentalizar o discurso religioso como base ideológica de refutação dos/as teóricos/as que discutem o tema, ao assumir a premissa da naturalização do cultural, ou seja, dos papéis sociais específicos de homens e mulheres como biologicamente determinados, a religião nega a diversidade, na medida em que considera valores da moral cristã como únicos e universais, nega a existência da pluralidade de arranjos familiares e dissemina o ódio em relação a@s tid@s como diferentes.

Com efeito, a negação da diversidade ou da pluralidade por meio de uma “ideologia de gênese” em contraposição a uma suposta “ideologia

de gênero” constitui o foco do instigante artigo de Clarissa De Franco e Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, intitulado **A teocratização, privatização e militarização no governo Bolsonaro: perspectivas antidemocráticas e contrárias à educação**. O artigo aborda a interface entre educação, religião, direitos humanos e gênero, a partir da análise das falas de três representantes do atual governo federal, o presidente Jair Bolsonaro, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damares Alves e o ministro da educação Abraham Weintraub, propondo que as perspectivas de privatização, teocratização e militarização permeiam as principais práticas discursivas e ações do governo Bolsonaro, resultando em sérios prejuízos à educação e às políticas educacionais em direitos humanos. Segundo @s autor@s privatização promovida pelo atual governo é um processo que se dá tanto no plano econômico quanto no plano moral. No plano econômico através da redução de recursos públicos e da privatização do ensino. No plano moral, pela contraposição à pluralidade da esfera pública, fato evidenciado pela rejeição aos debates em perspectiva de gênero, com a emergência de movimentos como o Escola sem Partido e promoção do Ensino Domiciliar refletindo uma pretensão de ingerência da família sobre a educação escolar.

No que se refere à perspectiva da teocratização, Clarissa De Franco e Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, apontam que as afirmações frequentes de Bolsonaro e Damares Alves acerca da sua condição de cristãos, que seria também a da maioria do País, são por est@s colocadas em franca contraposição ao fato de que o país é laico. Assim, a perspectiva da teocratização opõe-se à pluralidade religiosa que a laicidade propicia. Finalmente @s autor@s analisam a perspectiva da militarização, que se revela não só na forte presença de militares na equipe governamental, mas também na proposta de criação de 216 escolas de modelo militar no âmbito do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares. De inspiração autoritária, a militarização se contrapõe ao pluralismo ideológico. Clarissa De Franco e Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho concluem que a privatização e a militarização, assim como as religiões, “podem fazer parte de um Estado democrático [...] No entanto, quando tais valores passam a suplantar a pluralidade, esgarça-se o princípio principal da democracia”.

Pode-se observar a partir dos artigos que compõem o dossiê que, para além dos efeitos nocivos da política econômica em curso, com



corde de recursos para a educação, vem se verificando uma proliferação de movimentos que se interconectam de forma a coibir o debate no contexto educacional. A articulação transnacional de grupos religiosos contra a chamada “ideologia de gênero” com movimentos conservadores (tais como o “Escola sem Partido” e “Con mis hijos no te metas”), tem visado impedir a abordagem de temáticas que questionam o *status quo*, dentre as quais aquelas relativas às desigualdades raciais, de gênero e diversidade sexual e religiosa. É possível observar a emergência de movimentos de resistência, tanto no âmbito da sociedade civil (tais como os grupos “Escola Cidadã” e “Escola sem Mordaza”), quanto de grupos religiosos (a exemplo dos coletivos “Evangélicas Pela Igualdade de Gênero” e “Católicas pelo Direito de Decidir”). Por outro lado, num contexto em que determinados grupos cristãos tratam de dominar a esfera pública em base à sua condição de religião hegemônica, estes afrontam a laicidade e colocam em questão a própria capacidade das religiões cumprirem um papel contracultural. Contudo, como pontuam Clarissa De Franco e Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho “há uma multiplicidade de posicionamentos ideológicos dentro do cristianismo, ou melhor, dos cristianismos contemporâneos [...] há segmentos cristãos comprometidos com visões mais progressistas”. Reafirma-se assim que é possível e que é preciso resistir, tanto em perspectiva feminista quanto feminista. Pois que, como destacam Júlia Garraio e Teresa Toldy, “ensinar gênero não é doutrinação, não é impor modelos de comportamento”, é antes desconstruir modelos de comportamento impostos que colocam em risco direitos, que negam direitos que emanam do reconhecimento da dignidade inerente a todo ser humano e que constituem o fundamento da liberdade, da justiça e da paz, como nos ensina a Declaração Universal de Direitos Humanos.

Boa leitura!